

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 09 de dezembro de 2025 às 07h51
Seleção de Notícias

Migalhas | BR-SP

ABPI

MIGALHAS nº 6.244	3
MIGALHAS	

Marco regulatório | INPI

Deepfakes e IA ameaçam propriedade intelectual; veja como combater	9
RENATA CARVALHO MENDONÇA BARBOSA	

G1 - Globo | BR

09 de dezembro de 2025 | Marco regulatório | INPI

Genéricos do Ozempic vão atrasar? STJ adia julgamento do pedido que pode mudar mercado no país	11
G1	

MIGALHAS nº 6.244



Segunda-Feira, 8 de dezembro de 2025 - Migalhas nº 6.244.

Fechamento às 07h17.

"A disciplinadora por excelência é a justiça, distribuída com mão firme para a repressão do abuso e a manutenção do direito."

Rui Barbosa

8 de dezembro

Dia da Justiça! A efeméride ganha sentido para além do simbolismo: em meio a um Judiciário sobrecarregado, digitalizado às pressas e cada vez mais demandado pela sociedade, a data convida a repensar quais caminhos podem torná-lo mais acessível, eficiente e humano. ()

O descanso dos justos

A recente condenação de uma rede varejista por impor trabalho dominical reiterado reacendeu um debate antigo: o direito ao repouso semanal. No século XIX, em parecer, Rui Barbosa afirmava que o descanso aos domingos não era questão religiosa, mas necessidade humana e social, apoiando-se na experiência de diversos países. Veja, leitor, como a história se repete. ()

Correção de depósitos judiciais

Confederações contestam no STF a substituição de índice de correção de depósitos judiciais. Lei 14.973/24 substituiu a taxa Selic pelo IPCA em pro-

cessos que envolvam a União. ()

Quitação de dívidas

RF editou norma que padroniza como bancos devem registrar bens recebidos para quitar dívidas: sempre pelo menor valor entre crédito, decisão judicial ou valor contábil. ()

Devedor contumaz

Presidente do Instituto Combustível Legal, Emerson Kapaz sustenta que a aprovação do PL do devedor contumaz representa um marco no combate às estruturas criminosas que se valem da inadimplência reiterada para financiar atividades ilícitas e distorcer a concorrência. ()

Baixa no registro

Registro do indiciamento deve ser cancelado se provas que o embasaram foram declaradas nulas, decide Corte Especial do STJ. ()

Interesse coletivo

Sindicato pode pedir indenização por matéria jornalística que teria ofendido a categoria. Decisão é da 3ª turma do STJ. ()

Obra de arte

Ministra Maria Thereza manteve a decisão que reconhece o Busto de São Boaventura como obra de Aleijadinho e determina sua reintegração ao acervo do Museu Aleijadinho e da Arquidiocese de Mariana. ()

Heróis do ano

Ministro Alexandre de Moraes foi incluído pelo Financial Times na lista das 25 personalidades mais influentes de 2025, na categoria "Heróis". ()

Tocantins

Ministro Nunes Marques suspendeu o afastamento do governador do TO, Wanderlei Barbosa, por falta de demonstração de risco atual. ()

!!!

Justiça manteve a condenação de advogada que chamou um cliente de "pai bosta" e divulgou print de conversa de um processo familiar sigiloso em redes sociais. ()

Migalhas Run

A primeira edição da Migalhas Run reuniu ontem atletas e não atletas em uma manhã de esporte e integração em Ribeirão Preto/SP. Com percursos de 4 km e 8 km, a corrida reforçou o compromisso do Migalhas com saúde, bem-estar e comunidade jurídica, contando com ampla participação e apoio institucional. ()

Primazia da realidade

TST reconheceu que técnico de idiomas exercia funções típicas de professor e, por isso, deve receber as diferenças salariais e demais benefícios previstos nas normas coletivas da categoria. ()

Direito animal

STM condenou capitão do Exército por maus-tratos a cão de rua. ()

Falha do serviço

Latam foi condenada a pagar R\$ 12 mil por atraso de 20 horas e falta de assistência, situação em que a passageira chegou a sofrer hipoglicemia. ()

Registro liberado

Justiça afastou exigência de aprovação no exame de

qualificação da Receita Federal para registro de ajudante de despachante aduaneiro. ()

ISS

Justiça autorizou sociedade médica a recolher ISS pelo regime fixo anual a partir de 2026 e barrou a cobrança sobre receita bruta até o julgamento final. ()

Migas

Construtora deverá indenizar em R\$ 250 mil trabalhador soterrado em obra. () Servidor humilhado por superior será indenizado por assédio moral. () Movida indenizará motociclista por acidente causado por carro alugado. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Coluna

Migalhas de Direito Médico e Bioética

Mirian Cristina Ribas e Fernanda dos Santos abordam a relação entre Direito Médico, ética profissional e o uso das redes sociais por médicos. ()

Migalhas Notariais e Registrais

Registrador Sérgio Jacomino trata da origem histórica e da lógica estrutural da autenticação, desde a antiguidade até as assinaturas eletrônicas modernas. ()

Leitura Legal

Eudes Quintino de Oliveira Júnior destaca conquista do Butantan: uma vacina brasileira, eficaz e que marca um avanço decisivo no combate à dengue. ()

Migalhas de peso

- "Subvenções na lei 14.789/23: Crítica às soluções de consulta COSIT 223 e 224", por Luciana Rosanova Galhardo, Mariana Monfrinatti Affonso de Andre e Eric Max Kanashiro (Pinheiro Neto Advogados). ()

- "Erro do Estado e a proteção da confiança do particular", por Martha R. Leonardi (Tourinho Leal Drummond de Andrade Advocacia). ()

- "A imperatividade do fim da violência contra mulheres", por Ana Carolina Moreira Santos e Jorgiana Paulo Lozano (SASP). ()

- "Por que as empresas brasileiras estão revendo o home office e o que diz a CLT", por Alexandre Lauria Dutra (Pipek Advogados). ()

- "O judiciário pode exercer controle de viabilidade econômica do PRJ (?)", por Lucas Peron (Mazzotini Advogados Associados - MAA). ()

- "Legal operations e seu papel transformacional", por Paulo Silva e Noara Marcandalli (eLaw Tecnologia). ()

- "A realidade das controvérsias", por Stanley Martins Frasão (Homero Costa Advogados). ()

- "Do volume à integridade: O papel dos centros de inteligência na reconstrução da confiança judicial", por Viviane Ferreira (Parada Advogados). ()

- "O direito adquirido dos militares inativos e o princípio da segurança jurídica na Paraíba", por Ricardo Fernandes e Ana Paula Gouveia Leite Fernandes (Fernandes Advogados). ()

- "Nova modalidade de fornecimento de bens e serviços à Administração Pública e o advento crescente de processos digitais e otimizados", por João Negrini Neto e Henrique Olivalves Fiore (Dal Pozzo Advogados). ()

- "Tradição e inovação: Gestão de talentos que transforma carreira em legado", por Juliana Baratta (Reis Advogados). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Expansão

Arruda Alvim, Aragão & Lins Advogados inaugurou um novo espaço em SP, ampliando sua atuação no principal centro jurídico do país. A nova unidade está localizada na alameda Santos, 2.441. ()

Casa digital

Gaia Silva Gaede Advogados lançou um site renovado, com design moderno, navegação mais fluida e conteúdos organizados para fortalecer seu posicionamento e melhorar a comunicação com o público. A nova plataforma também oferece acesso à newsletter GSGA News e à 18ª edição da revista institucional IPSO FACTO. ()

Protagonismo feminino

Criado em 2022 para fortalecer a presença feminina em conselhos empresariais, o Grupo Conselheiras se consolidou como espaço de referência em debates sobre governança e liderança. Em fevereiro de 2026, com o apoio do Migalhas, o Grupo promoverá em São Paulo um encontro estratégico sobre "Tecnologia, Inovação e Transformação Digital". ()

Baú migalheiro

Há 84 anos, em 8 de dezembro de 1941, os Estados Unidos declararam guerra ao Japão, um dia após o ataque a Pearl Harbor, que destruiu grande parte da frota norte-americana no Pacífico. O episódio marcou a entrada oficial dos EUA na Segunda Guerra Mundial, transformando o conflito em uma guerra de escala verdadeiramente global. Em discurso his-

tórico ao Congresso, o presidente Franklin D. Roosevelt descreveu o ataque como "uma data que viverá na infâmia", denunciando a ofensiva japonesa como traiçoeira e premeditada. A declaração de guerra foi aprovada quase por unanimidade, apenas uma votação contrária, e mobilizou a nação em um esforço total de guerra. (Compartilhe)

Sorteio

A obra "Recurso Especial e Recurso Extraordinário Criminais" (Emais Editora, 282p.), escrita por Francisco Monteiro Rocha Júnior, aborda, de maneira técnica e detalhada, os aspectos jurídicos, formais e procedimentais dos recursos. Concorra a um exemplar! ()

Novidades

O relançamento da obra "Questões Tributárias Atuais na Indústria de Óleo e Gás", coordenada pelos tributaristas Janssen Murayama (Murayama, Afonso Ferreira e Mota Advogados) e Bruno Fonti, acontece amanhã, às 18h, em Brasília. () Amanhã, às 19h, Gustavo Binenbojm (Binenbojm, Cyrino, Koatz & Voronoff Advogados) lança o livro "Antissemitismo estrutural", em SP. () Galdino, Pimenta, Takemi, Ayoub, Salgueiro, Rezende de Almeida Advogados lança a obra coletiva "Insolvência Empresarial em Perspectiva: 20 anos da Lei de Recuperação Judicial, Recuperação Extrajudicial e Falência", escrita por sócios e membros da banca. O evento acontece dia 10/12, às 18h30, na Livraria da Vila, Shopping JK, em SP. () No dia 10/12, no IASP, acontece o lançamento do livro "A Verdade e a Concretização da Justiça no Estado Democrático de Direito", de Paula Tonani de Carvalho. () Espaço Cultural do STJ recebe, no dia 10/12, o lançamento da obra coletiva "Temas de Direito Contemporâneo - Homenagem aos 45 anos de docência do Professor Nelson Luiz Pinto". () Pedro Marcos Nunes Barbosa, de Denis Borges Barbosa Advogados e professor do Instituto de Direito da PUC-Rio, lança, em SP, a 2ª edição da obra "Direito Processual da **Propriedade**

Intelectual", que coordenou junto ao professor Georges Abboud, editada pela Revista dos Tribunais. O evento será dia 11/12, às 18h30 (rua Argentina, 563, Jardim América). OAB/SP lança pesquisa inédita para ouvir a advocacia sobre a Reforma do Judiciário. ()

Migalhíssimas

Amanhã, às 11h, Ana Tereza Basilio (Basilio Advogados e presidente OAB/RJ) profere a palestra de abertura do "Treinamento Permanente em Direito Civil" com o tema "Classificação dos Bens", pelo canal do YouTube "Mentoria OABRJ". No dia 6/12, professor Gilberto Garcia, do IAB, proferiu a palestra presencial "A Igreja Acolhedora no Caso da Mulher Evangélica Agredida". O encontro integrou o evento de lançamento do livro "Direito Religioso: O Exercício da Fé sob o Crivo da Lei e da Jurisprudência" (LEX-Editora). () Gustavo Justino de Oliveira (Justino de Oliveira Advogados) participou do "XIV Congresso Brasileiro de Regulação e Expo/ABAR", realizado de 26 a 28/11, no RJ. Ele integrou os painéis "Entre a norma e a prática: os desafios jurídicos da regulação no Brasil" e "Consensualidade na Regulação Brasileira". ()

Propriedade intelectual

ABPI - **Associação** Brasileira da Propriedade intelectual convida para a mesa-redonda do "III Fórum de IA & PI", que nesta edição tem como tema "Regulação da Inteligência Artificial e o Desenvolvimento da Indústria Nacional". O evento acontece hoje, das 9 às 12h, na sede da **ABPI**, no Rio. O evento é gratuito. ()

LL.M

FGV Direito Rio anuncia a abertura da disciplina "Processo Sancionador no Cade", que integra o LL.M. em Direito Sancionador e será oferecida presencialmente a partir de 23 de fevereiro de 2026. ()

Viva!

A ganhadora da obra "Código da **Propriedade** Intelectual - Conforme os Tribunais" (Editora Lumen Juris Direito, 1288p.), escrita por Pedro Marcos Nunes Barbosa e Denis Borges Barbosa (Denis Borges Barbosa Advogados), é Fátima Siqueira de Sene Oliveira, de Santo André/SP . ()

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

AM/Juruá

CE/Jaguaretama

PE/Custódia

PR/Jacarezinho

SP/Olímpia

TO/Arraias

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Migalhas Clipping

CartaCapital

"O despachante"

Veja

"O mito do pleno emprego"

The New York Times - EUA

"Under Zelensky, Fraud Has Found Space to Fester"

The Washington Post - EUA

"Staff flag dangerous errors in VA records"

Corriere della Sera - Itália

"Asse Putin-Trump sull'Europa"

Le Figaro - França

"L'ex-djihadiste al-Charaa tente d'imposer son pouvoir en Syrie"

Clarín - Argentina

"Reforma laboral: impulsan una baja en indemnizaciones y en aportes patronales"

El País - Espanha

"El 'caso residencias' se reactiva con la declaración de excargos de Ayuso"

Público - Portugal

"Há menos candidatos e mais pedidos de apoio de famílias após a adoção"

Die Welt - Alemanha

"Ein Pyrrhussieg für das bürgerliche Lager"

The Guardian - Inglaterra

"Patients at risk as one in seven GP referrals 'vanish into black hole'"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Negócios chineses no Brasil se disseminam e alcançam mais setores"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Flávio admite desistir de candidatura ao Planalto, mas diz que cobrará preço"

O Globo - Rio de Janeiro

"Gastos fora da meta fiscal aumentam para R\$ 170 bi"

O Estado de Minas- Minas Gerais

"BH terá ônibus de graça aos domingos e feriados"

Correio Braziliense - Brasília

"Família protesta contra julgamento do assassino de

Mª de Lourdes pelo STM"

Zero Hora - Porto Alegre

"Correios acumulam 13 trimestres negativos e prejuízo histórico de R\$ 6 bi"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Superação e devoção marcam jornada rumo ao Morro"

Deepfakes e IA ameaçam propriedade intelectual; veja como combater



Assessoria jurídica especializada auxilia escritórios de marcas e patentes a identificar as melhores medidas cabíveis em cada caso.

Deepfakes e IA ameaçam **propriedade** intelectual; veja como combater Renata Carvalho Mendonça Barbosa Assessoria jurídica especializada auxilia escritórios de marcas e patentes a identificar as melhores medidas cabíveis em cada caso. segunda-feira, 8 de dezembro de 2025

Atualizado às 14:28

Compartilhar Comentar Siga-nos no A A

A tecnologia avança em velocidade nunca vista. Com ela, sofisticou-se a velha prática da pirataria e outras formas de violação da **propriedade** intelectual. Mas os instrumentos de prevenção a essa ameaça, e de combate a esse tipo de ilegalidade, também podem - e devem - acompanhar as inovações.

Façamos um parêntese. Nos anos 1980, a indústria da música sofria com as fitas cassetes piratas. A mídia evoluiu, nos anos 1990, para os CDs, que também

abpi.empauta.com

passaram a ser falsificados.

Na década seguinte, os "gatonets" atormentavam o mercado de televisão por assinatura. Com a expansão da internet, estabeleceram-se as plataformas de streamings, que também sofrem com versões ilegais.

Só para se ter uma ideia da dimensão do problema: ano passado, uma operação do Ministério da Justiça e Segurança Pública (a Operação 404) retirou 675 sites e 14 aplicativos com conteúdo irregular.

Voltemos da digressão. Hoje, assusta a explosão das deepfakes - produções audiovisuais criadas por inteligência artificial capazes de reproduzir rostos e vozes com impressionante realismo. É provável que você já tenha recebido algo assim em grupos de aplicativos de mensagens.

Insisto: muda o formato. A lógica, porém, é a mesma: violação da **propriedade** intelectual, dos direitos autorais e patrimoniais. Passível, portanto, de ser enfrentada. Não há isso de "terra sem lei" nos ambientes digitais.

É verdade que esse cenário faz aumentar os desafios para quem tem a responsabilidade de lidar com o tema. Escritórios de marcas e patentes, imbuídos da atribuição de providenciar registros e acompanhar no mercado se há uso indevido da **propriedade** intelectual de seus clientes, veem essa tarefa demandar ainda mais tempo, dedicação e conhecimento - jurídico, principalmente.

Afinal, quando há infrações ao direito de **propriedade** intelectual, nem sempre é possível solucionar sem a intermediação da Justiça. Só o registro da marca, passo elementar, não é o bastante. O acompanhamento deve ser frequente. Não raro, uma ação judicial se faz imprescindível.

Continuação: Deepfakes e IA ameaçam propriedade intelectual; veja como combater

Quando escritórios de **propriedade** intelectual, em seu monitoramento constante em defesa de seus clientes, identificam uso indevido da marca por terceiros, dependem de corpo jurídico especializado para adotar as medidas cabíveis - seja para prevenir litígios ou, se inevitáveis, identificar a solução adequada, via Justiça.

Como dito, essa assessoria jurídica precisa ter expertise em **propriedade** intelectual. Porque envolve processos complexos, do ponto de vista do Direito, que podem reunir dezenas ou centenas de provas e levar anos em tramitação no Judiciário. Contudo, as chances de vitória são grandes.

Felizmente, o Brasil tem registrado um aumento significativo na procura por proteção jurídica em resposta às constantes violações ligadas ao uso indevido de imagem, marcas, patentes e **propriedade** industrial. Só em 2024, os pedidos de registro de marcas cresceram cerca de 10,3% em relação a 2023, totalizando mais de 444 mil solicitações.

Os dados são do **INPI** - Instituto Nacional de **Propriedade** Intelectual e seguem uma tendência global: o número de registros de marcas ativos no mundo aumentou cerca de 6,4% em 2023, comparado a 2022.

Mas, reitere-se: o mero registro não é suficiente. Com ou sem ele, fervilham exemplos de violações.

Nas redes sociais digitais há um terreno fértil. Uma situação cada vez mais comum nesses ambientes é a apropriação indevida de domínios de sites e de nomes (as "arrobas") de perfis em plataformas como o Instagram. Quando se faz o registro de um nome ou marca, adquire-se exclusividade no direito de uso deste como identificação de perfis e endereços na internet.

A prática tem mostrado, mesmo assim, subterfúgios de fraudadores desses direitos. A utilização do mesmo nome, incluindo apenas um sinal diferente, ou mesmo de nomes parecidos, é comum, o que prejudica o verdadeiro dono da marca.

Há ocorrência de casos de registro de direito autoral até sobre o próprio rosto, como forma de proteção contra o uso indevido de imagem. É uma prática cada vez mais comum entre artistas e personalidades públicas em todo o mundo.

A apropriação de patentes de produtos e soluções, e de nomes e marcas, prejudica economicamente negócios, bem como identidade e reputação. Gera um ambiente de desconfiança, põe credibilidade em risco. Combater esse problema é, pois, um compromisso que a sociedade deve assumir.

Operação 404. <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/operacao-internacional-contra-pirataria-tirada-o-ar-675-sites-e-14-aplicativos-de-streaming>

Registros **INPI**. <https://www.gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/noticias/com-aumento-nos-pedidos-de-marcas-di-e-software-inpi-divulga-estatisticas-de-2024>

Renata Carvalho Mendonça Barbosa Renata Carvalho Mendonça Barbosa é advogada especializada em PI, ramo em que atua há mais de 15 anos. É perita formada pela Abapi. Sócia do escritório Sinnema Barbosa, de Londrina (PR).

Genéricos do Ozempic vão atrasar? STJ adia julgamento do pedido que pode mudar mercado no país



Decisão pode afetar a entrada de genéricos de Ozempic e Rybelsus no Brasil e impactar acesso ao tratamento da obesidade no SUS.

Patente da semaglutida: STJ decide se exclusividade do Ozempic termina em 2026 ou 2044

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) deveria analisar nesta terça-feira (9) um pedido da Novo Nordisk para estender a patente da semaglutida, substância usada em medicamentos como Ozempic e Rybelsus.

Entretanto, o julgamento foi adiado e uma previsão não foi divulgada pela Justiça. A Novo Nordisk afirma que a nova data será 16 de dezembro.

A decisão sobre o tema é considerada decisiva porque vai determinar quando será a entrada de genéricos do medicamento no país: a patente atual expira em março de 2026 e versões concorrentes já estão sob análise na Anvisa. Em nota ao g1, o Ministério da Saúde afirma que pediu ao órgão que "priorize o registro de medicamentos compostos pelos princípios ativos semaglutida e liraglutida".

Pela regra brasileira, as empresas têm direito há 20 anos de exclusividade com suas tecnologias a partir do pedido de **patente**. A empresa alega que houve

atraso na avaliação no Brasil e pede que a Justiça "devolva" esse período. Se o pedido for aceito, a exclusividade do Ozempic, por exemplo, que terminaria em 2026, poderia ser estendida até 2044.

Essa não é a primeira disputa da Novo Nordisk: no caso da liraglutida, outra substância usada no tratamento da diabetes e obesidade, a farmacêutica também recorreu à Justiça, mas a EMS - que já tinha sua versão pronta - conseguiu reverter a decisão. A caneta nacional chegou ao mercado em agosto.

Segundo especialistas, a decisão do STJ pode influenciar diretamente o acesso ao tratamento no país:

Apesar de ser uma doença multifatorial e não defenderem a caneta como única opção, especialistas apontam que esses medicamentos podem ser ativos importantes no tratamento na rede pública, que não tem, hoje, nenhum medicamento disponível. A única opção é a bariátrica, mas que também não chega a todo mundo - apenas 10% de todas as cirurgias são feitas pelo SUS.

A queda das **patentes** abriria espaço para genéricos com preços mais acessíveis, o que pode permitir a inclusão na rede pública. Em agosto, a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (Conitec) chegou a debater a inclusão das canetas, mas deu parecer contrário por causa do alto custo. Segundo o Ministério da Saúde, no cenário de hoje, seriam gastos R\$ 8 bilhões por ano para atender os pacientes.

"Esse valor representa quase o dobro do orçamento do Farmácia Popular em 2025. Com a entrada de novos medicamentos genéricos no mercado e aumento da concorrência, os preços devem cair de forma significativa - em média, estudos apontam que os genéricos induzem queda de 30% nos preços. Esse é um

Continuação: Genéricos do Ozempic vão atrasar? STJ adia julgamento do pedido que pode mudar mercado no país

fator determinante para a análise de sua possível incorporação ao SUS", afirma o Ministério da Saúde.

A médica endocrinologista Maria Edna, que também é coordenadora de advocacy na Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica, comenta que, quem tem obesidade, trata só a comorbidade que a doença causa, como diabetes, hipertensão, gordura no fígado. "Não há nada que ajude a tratar a raiz do problema, que é o excesso de peso. Para a saúde pública, quanto maior a concorrência menor o custo", explica Maria Edna.

Por outro lado, representantes da indústria afirmam que restringir as possibilidades de extensão reduz o tempo efetivo de proteção - que pode cair para poucos anos devido à demora do **INPI** - e desestimula investimentos e inovação no país.

Neste texto, você vai ler:

O que está sendo discutido no STJ?

Como isso pode afetar quem trata obesidade?

Por que a indústria defende a expansão de patentes?

O que está sendo discutido no STJ?

Primeiro, para você entender: a semaglutida é um análogo (substância muito parecida) ao hormônio GLP-1. Nosso corpo produz esse hormônio e ele é secretado principalmente pelas células do intestino. Ele vai até o cérebro, no hipotálamo, e estimula algumas células, diminuindo o apetite. Com isso, vem sendo usada no tratamento da diabetes tipo 2 e da obesidade.

O medicamento vem revolucionando - segundo especialistas - o tratamento para as doenças. Recentemente, foi incluído pela Organização Mundial da Saúde (OMS) na lista de medicamentos essenciais para casos diabetes tipo 2 com comorbidades associadas.

A substância está aprovada no Brasil pela Anvisa desde 2018, com a chegada do Ozempic, produzido pela Novo Nordisk. Depois, a empresa anunciou a chegada do Rybelsus, uma versão da semaglutida não em caneta, mas em comprimido.

Muito antes de ser aprovado pela Anvisa, a Novo Nordisk havia acionado o **INPI**, que é responsável pelas **patentes** no país, para registrar o medicamento e a tecnologia.

Patentes são mecanismos legais que garantem exclusividade de exploração de um produto ou tecnologia por um período determinado - no caso brasileiro, 20 anos. Esse também é um prazo padrão na Europa, por exemplo. A lógica é permitir que empresas recuperem investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

No Brasil, havia um adicional na lei que permitia que a **patente** fosse estendida se a empresa pedisse, mas isso foi mudado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na pandemia com as discussões sobre a vacina contra a Covid-19. Com a mudança, empresas deixaram de ter esse "tempo extra" e passaram a acionar a Justiça para tentar recompor o prazo. O que a Novo Nordisk alega é que o instituto demorou para dar o registro e isso fez com que ela fosse prejudicada no tempo de exploração da tecnologia que desenvolveu. No caso do Ozempic, ela alega que o atraso chegou a 12 anos.

"A decisão do STF colocou o Brasil no mesmo patamar regulatório que a Europa. Então, não é nenhum absurdo que seja assim. São 20 anos a partir da publicação preliminar porque isso dá à empresa o direito de processar alguém que copiar a ideia. Então, em tese a empresa poderia começar a explorar e teve o tempo que é de direito mantido", explica o doutor em direito e especialista em bioética, Henderson Furst.

O recurso vai ser analisado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) nesta terça-feira (9). E vem sendo

Continuação: Genéricos do Ozempic vão atrasar? STJ adia julgamento do pedido que pode mudar mercado no país

acompanhada por outras farmacêuticas porque a decisão pode mudar não só o rumo do acesso à semaglutida no país, mas a discussão sobre patentes de medicamentos no Brasil, com reflexo às empresas que já vem investindo em suas plantas, por exemplo, para a produção de medicamentos.

Uma pesquisa de 2021 mostrou que a extensão de patentes de medicamentos pode representar um custo de até R\$ 1,1 bilhão ao SUS. Isso acontece por dois fatores:

Com menos concorrência, os medicamentos patenteados ficam mais caros. Alguns desses remédios, acabam sendo comprados pelo SUS.

E porque mesmo aqueles que por alto custo acabam não sendo incorporados, como o caso da semaglutida, terminam sendo comprados por determinação judicial por pedidos de pacientes. O levantamento analisou 445 ações judiciais envolvendo pedidos de Ozempic e semaglutida registradas entre 2023 e maio de 2025. A maioria das ações foi contra o SUS e em mais da metade o sistema público teve de pagar.

Como isso pode afetar quem trata obesidade?

A decisão do STJ ocorre em um momento em que o Brasil enfrenta o crescimento da obesidade. Hoje, 7 em cada 10 adultos estão acima do peso, e 31% já são obesos. A doença cresce mais rapidamente entre as populações que dependem do SUS, o que aprofunda desigualdades. Para especialistas, o país já vive um cenário crítico que exige políticas preventivas e ampliação do acesso a tratamentos eficazes.

Apesar da dimensão do problema, o tratamento disponível na rede pública é limitado. O SUS não oferece nenhum medicamento específico para obesidade. O cuidado se concentra nas consequências - diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares - e não na doença em si.

A única alternativa terapêutica disponível é a cirurgia bariátrica, mas o acesso é restrito: apenas 10% de todos os procedimentos feitos no país, são feitos no sistema de saúde público.

É nesse contexto que a chegada de versões genéricas das canetas de semaglutida e liraglutida é vista como estratégica pelos especialistas. Apesar de reforçarem que não pode ser vista como única medida, já que a obesidade é uma doença multifatorial e que exige tratamento multidisciplinar e melhoria no acesso à alimentação de qualidade para a população.

O g1 conversou com pesquisadores e especialistas de mercado que explicam que com a queda de patente, os preços das canetas devem cair. Assim como aconteceu com a liraglutida, que a EMS passou a produzir a versão brasileira por R\$ 300 cada caneta.

Os especialistas dizem que isso não devem acontecer tão rapidamente por causa dos processos regulatórios. Após a queda da patente, ainda que já haja a substância aprovada por outra marca, toda farmacêutica que for produzir, precisa submeter à Anvisa.

E já há um movimento: em agosto, a Fiocruz, que é ligada ao Ministério da Saúde, anunciou uma parceria com a farmacêutica EMS para a produção de canetas de liraglutida (que a empresa já tem uma versão no mercado) e de semaglutida, na expectativa da queda da patente.

"A Fiocruz firmou uma parceria com a empresa EMS, para incorporar uma plataforma e produção de medicamentos a partir de peptídeos - uma nova fronteira do setor que pode servir de base para produção de tratamentos oncológicos e vacinas mais modernas - que não se resume, portanto, a canetas emagrecedoras", afirma o ministério. A pesquisadora Lia Hasenclever, que estuda o impacto de patentes no sistema público de saúde, afirma que, normalmente, quando o medicamento perde a patente, a queda de preço depende da concorrência. "Com o fato de a

Continuação: Genéricos do Ozempic vão atrasar? STJ adia julgamento do pedido que pode mudar mercado no país

EMS ter pedido a licença, já temos sinais de que esse valor começa a cair e essa queda pode ser drástica", aponta Lia.

Hoje, uma caneta custa cerca de R\$ 1 mil, o que torna o tratamento inviável para a maioria da população, até mesmo para o SUS.

Em agosto, a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (Conitec) chegou a debater a inclusão das canetas, mas deu parecer contrário por causa do alto custo. Segundo o Ministério da Saúde, no cenário de hoje, seriam gastos R\$ 8 bilhões por ano para atender os pacientes.

Enquanto isso, na contramão de quem espera pelo remédio na rede pública, há uma exploração estética do medicamento, que revela uma desigualdade no acesso à saúde no país.

"Estamos vendo pessoas fazendo o uso estético desses medicamentos. Enquanto isso, pacientes que precisam não têm acesso. Isso cria uma desigualdade no tratamento, só quem tem dinheiro tem direito de tratar a obesidade? Não pode ser assim", explica Eduardo Nilson, pesquisador sobre obesidade da Fio-cruz.

A médica endocrinologista Maria Edna de Melo, coordenadora de advocacy na Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (Abeso), explica que a realidade no SUS de quem tem obesidade é de não ter acesso a um tratamento efetivo.

"Existe um ciclo vicioso em que só se controla as doenças causadas pela obesidade, não ela em si. E aí a vida do paciente é tomar dois ou três medicamentos para a hipertensão, um medicamento para o colesterol, medicamentos para as dores. Uma vez que essas medicações ficam disponíveis no SUS, a gente vai conseguir tratar melhor dos pacientes. Seria uma revolução para o sistema", explica.

A médica reforça que espera que se houver uma incorporação, isso deve acompanhar o rigor de outras medicações para a prescrição, que seja analisado caso a caso a necessidade e que o paciente tenha suporte de nutricionista e outras especialidades para tratar de forma ampla a doença.

"Isso pode abrir portas para um tratamento mais estruturado no sistema público e revolucionar a longo prazo a saúde. Hoje, as doenças que mais custam ao país são consequências da obesidade. Reduzir esses índices é custar menos ao sistema", explica Melo.

Por que a indústria defende a expansão de patentes?

Representantes da indústria farmacêutica afirmam que a extensão das **patentes** é necessária para compensar a demora do **Instituto** Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) na análise dos pedidos. Embora a proteção formal seja de 20 anos, o setor alega que, na prática, o tempo de exploração exclusiva pode ser bem menor.

Outro argumento é que casos como o da semaglutida não seriam exceção. Desde a mudança na lei, várias empresas têm buscado na Justiça a recomposição do tempo que consideram perdido, em vez de uma extensão "extra". Para o setor, negar esse mecanismo criaria um desequilíbrio.

Apesar de especialistas apontarem que a legislação brasileira se assemelha com a Europa, por exemplo, a **Interfarma** afirma que o movimento recente do Brasil pode impactar na decisão das empresas sobre o investimento em tecnologia no país.

"O que as empresas estão pedindo é uma resposta a uma lacuna que ficou. Isso é importante para como elas vão olhar para o Brasil. Precisa ser como um país que dá a proteção legal para a inovação", explica Renato Porto, presidente-executivo da **Interfarma**.

O g1 procurou a Novo Nordisk, mas não recebeu o retorno até a publicação. Em sua página, a empresa pu-

Continuação: Genéricos do Ozempic vão atrasar? STJ adia julgamento do pedido que pode mudar mercado no país

blicou uma nota quando venceu um dos pedidos na Justiça sobre patentes, mas que depois foi revogado, disse:

"O que buscamos é segurança jurídica para continuar investindo e trazendo ao Brasil os tratamentos mais modernos à população como um todo. Um ambiente de previsibilidade é fundamental não apenas para a indústria farmacêutica, mas para todo o ecossistema

de inovação do país. Sem a garantia de que o direito à patente será respeitado e o exame ocorrerá em um prazo razoável, o Brasil corre o risco de ficar para trás no acesso a novas tecnologias em saúde".

Índice remissivo de assuntos

ABPI

3

Propriedade Intelectual

3, 9

Marco regulatório | INPI

9, 11

Propriedade Industrial

9, 11

Patentes

11